

LEGISLAÇÃO FEDERAL PERTINENTE AO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

[PORTARIA MEC Nº 2.151, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023](#)

Instala a Mesa Setorial de Negociação Permanente no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SGP-SRT-SEGES/MGI Nº 52, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023](#)

Estabelece orientações a serem observadas pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec e do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, relativas às regras de gestão de pessoas no âmbito do Programa de Gestão e Desempenho - PGD.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SRT/MGI Nº 49, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023](#)

Altera a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 54, de 20 de maio de 2021, que dispõe sobre os critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), nas situações de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve, para o desconto da remuneração correspondente aos dias de paralisação e para a elaboração do respectivo Termo de Acordo para compensação de horas não trabalhadas.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SRT/MGI Nº 34, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023](#)

Altera a Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018, que estabelece orientação, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, quanto à jornada de trabalho de que trata o art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e pelo Decreto nº 1.867, de 17 de abril de 1996, que dispõem

sobre o controle eletrônico de frequência e a compatibilidade de horários na acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, aplicáveis aos servidores públicos em exercício nos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

[LEI Nº 14.695, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023](#)

Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para proporcionar acesso a bolsas de pesquisa, de desenvolvimento, de inovação e de intercâmbio a alunos, a docentes, a ocupantes de cargo público efetivo, a detentores de função ou emprego público e a pesquisadores externos ou de empresas efetivamente envolvidos nessas atividades, e a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, para prever a concessão das mesmas bolsas a ocupantes de cargo público efetivo de técnico-administrativo que atuem em instituições federais de ensino e que estejam envolvidos nas referidas atividades.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEGES-SGPRT/MGI Nº 24, DE 28 DE JULHO DE 2023](#)

Estabelece orientações a serem observadas pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec e do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, relativas à implementação e execução do Programa de Gestão e Desempenho - PGD.

[DECRETO Nº 11.072, DE 17 DE MAIO DE 2022](#)

Dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[DECRETO Nº 10.506, DE 2 DE OUTUBRO DE 2020](#)

Altera o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 30 DE JULHO DE 2020](#)

Estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC relativos à implementação de Programa de Gestão.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 25 DE MARÇO DE 2020](#)

Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto à autorização para o serviço extraordinário, à concessão do auxílio-transporte, do adicional noturno e dos adicionais ocupacionais aos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais, nos termos da Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, e dá outras providências.

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 16 DE MARÇO DE 2020](#)

Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)

[INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 201, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019](#)

Dispõe sobre os critérios e procedimentos específicos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, de que trata o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, pelos órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

[DECRETO Nº 9.991, DE 28 DE AGOSTO DE 2019](#)

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

[PORTARIA Nº 81, DE 02 DE JUNHO DE 2016](#)

Define as categorias de docentes que compõem os Programas de Pós-Graduação (PPG's) stricto sensu;

[LEI Nº 12.813, DE 16 DE MAIO DE 2013](#)

Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001;

[LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012](#)

Altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.

[POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, MAIO DE 2012](#)

Fórum Nacional de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras

[LEI Nº 11.784, DE 22 DE SETEMBRO DE 2008](#)

Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação de que trata a Lei no 11.091/2005, dentre outros e dá outras providências.

[DECRETO Nº 5.825, DE 29 DE JUNHO DE 2006](#)

Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

[DECRETO Nº 5.824, DE 29 DE JUNHO DE 2006](#)

Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do PCCTAE, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

[PORTARIA Nº 9, DE 29 DE JUNHO DE 2006](#)

Dispõe sobre os cursos de capacitação que não sejam de educação formal, que guardam relação direta com a área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares.

[DECRETO Nº 5.800, DE 8 DE JUNHO DE 2006](#)

Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

[LEI Nº 11.233, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005](#)

Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC; cria cargos de provimento efetivo; altera dispositivos das Leis nºs 10.862, de 20 de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, e 11.091, de 12 de janeiro de 2005; revoga dispositivos da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004; e dá outras providências.

[PORTARIA Nº 2.562, DE 21 DE JULHO DE 2005](#)

Dar nova redação aos arts. 2º, 3º e 5º da Portaria no 2.519, de 15 de julho de 2005.

[PORTARIA Nº 2.519, DE 15 DE JULHO DE 2005 \(alterada pela Portaria 2.562/2005\)](#)

Institui a Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação, composta por representantes dos servidores.

[PORTARIA Nº 655, DE 1º DE MARÇO DE 2005](#)

Institui a Comissão Nacional de Supervisão do PCCTAE.

[LEI Nº 11.091, DE 12 DE JANEIRO DE 2005](#)

Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

[LEI Nº 10.908, DE 15 DE JULHO DE 2004](#)

Institui Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo e Técnico-Marítimo às Instituições Federais de Ensino - GEAT e dá outras providências

[LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000](#)

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

[LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998](#)

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências;

DESCRIÇÃO DO PLANO ÚNICO DE CLASSIFICAÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS

- [VOLUME 1](#)

- [VOLUME 2](#)

[PORTARIA 475, DE 27 DE AGOSTO DE 1987](#)

Expede Normas Complementares para a execução do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987.

[DECRETO Nº 94.664, DE 23 DE JULHO DE 1987](#)

Aprova o Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

[OFÍCIO CIRCULAR Nº 01/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC, DE 14 DE MARÇO DE 2017](#)

Torna sem efeito o Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005

[OFÍCIO CIRCULAR Nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005](#)

Dispõe sobre a descrição do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (tornado sem efeito pelo Ofício Circular nº 1/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC)

[DECRETO Nº 1.590, DE 10 DE AGOSTO DE 1995](#)

Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta,

das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.

[LEI Nº 8.270, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1991](#)

Dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências.

[LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990](#)

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

[LEI Nº 7.596, DE 10 DE ABRIL DE 1987](#)

Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.